

Aos treze dias do mês de agosto de 2021, às 09h44min, por meio da plataforma Cisco Webex Meetings foi realizada a **20ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (FTCIA)** com os integrantes do Fórum, lista de presença no anexo I. O procurador de Justiça e Coordenador do Fórum, Dr. José Maria da Silva Júnior, deu início a 20ª Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, com cumprimento aos presentes. Em seguida, foram apresentados os pontos de pauta da reunião: **1. Leitura e a provação da Ata da 19ª Reunião Ordinária; 2. Informes da Coordenação; 3. Informes sobre a Rede Analítica (PQA); 4. Informes dos relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 e Comissão Temporária de Políticas Públicas; 5. Palavra livre e encerramento.** Em relação ao item 1º da pauta, foi lida a ATA da 19ª Reunião Ordinária e provada por unanimidade no plenário. Na sequência, passou-se para o 2º item da pauta, Informes da Coordenação, em que o coordenador iniciou comentando notícias de fato, o primeiro sobre o acidente químico ampliado ocorrido em Cristalândia recebido na ouvidoria do MPTO nº 2021.0006256 no dia 29/07. Comentou também, que por equívoco a denúncia foi encaminhada para a Promotoria de Cristalândia, mas que já está na Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Araguaia e possui diligências solicitadas pelo Dr. Francisco Brandes/MPTO já com repostas. Dr. José Maria ressaltou que não chegou a conversar com Dr. Brandes para mais informações. Foram solicitados mais detalhes para vigilância sanitária municipal e estadual. Logo em seguida, apresentou os detalhes da notícia, constou que foi uma denúncia anônima com possível óbito de trabalhador por intoxicação de agrotóxico. Depois disso, apresentou a tela para os participantes mostrando aos presentes a notícia de fato que comentou anteriormente, além de como acessar o portal do MP. No portal do MP, há a possibilidade de acessar o portal do cidadão bem como, consultar procedimentos extrajudiciais. Após, Dr. Álvaro Manzano/RP perguntou se o mesmo portal era possível fazer representações de atuação do Ministério Público e Dr. José Maria respondeu que seria possível fazer a manifestação no link da ouvidoria como cidadão, pessoa jurídica ou anônima. Logo depois, apresentou a página do fórum, onde é possível também fazer denúncias. Ruth Caetano/Fetaet complementou que o sistema de denúncia anônima é importante e já utilizou de diversas formas.

Ademais, recomendou maior divulgação da ouvidoria. Dr. José Maria, agradeceu a recomendação e informou que seria repassada a sugestão para a ouvidora geral do MP. Em seguida, passou para a segunda notícia de fato, relacionada aos agrotóxicos flagrados pela PRF escondidos por baixo de 12 toneladas de arroz em um caminhão na BR-153. Após resumir o fato, Dr. José Maria sugeriu trazer uma pessoa da polícia Rodoviária Federal para explicar como é feito a fiscalização na BR-153, com os órgãos. Em seguida, completou com a notícia de fato que recebeu o nome de “piratas do campo” iniciada em janeiro de 2020, articulada pela Polícia Civil de Goiás deflagrada dia 21/07 que atuava em parte no Tocantins. Logo depois, passou para item 3°. Informes sobre a Rede Analítica (PQA). DR. José Maria perguntou a Isabel/MPTO se teria informações a ser repassado para os integrantes do fórum. No que lhe concerne, Isabel/MPTO respondeu que não foi encaminhada nenhuma informação da rede analítica e nem da comissão da relatora Patrícia Guarda/UFT. Em seguida, o coordenador se dirigiu as instituições presentes. Juliano/ADAPEC informou que a ADAPEC é representada pela Comissão 1 de fiscalização de agrotóxicos. DR. José Maria confirmou e disse que poderia ser repassado para o 4° item da pauta. **4. Informes dos relatores das Comissões Temáticas 1, 2 e 3 e Comissão Temporária de Políticas Públicas;** Juliano/ADAPEC, agradeceu e prosseguiu com a informação. Em decorrência da pandemia de Covid-19 e o período de férias, ele informou que não teria muitas ações articuladas em conjunto entre os órgãos. No entanto, surgiu uma demanda de interesse para o mês de agosto, uma fiscalização em Lagoa da Confusão em parceria com o Ministério da Agricultura. Em uma das ações no Assaí Atacadista, em determinada marca de arroz, foi coletado uma amostra de arroz para análises e foi constatado duas substâncias: AceFato e Metamidofós, este último teve seu uso proibido no Brasil. Desta maneira, já estão sendo realizados os trâmites com os fazendeiros da região sendo prevista até a última semana do mês de agosto uma fiscalização no local. Finalizando, Dr. José Maria agradeceu e perguntou sobre o avanço do sistema que veio de Goiás para ser adaptado. Juliano/ADAPEC atualizou os presentes informando que o sistema avançou muito através da superintendência de tecnologia de informação.

Foram solicitadas, à empresa que está executando a criação, informações tais como, o cadastro dos responsáveis técnicos, o registro de empresas fabricantes e dos produtos que as empresas vão encaminhar para o estado, o cadastro do usuário de agrotóxicos junto a isso o sistema vai contemplar também o lançamento de receituários agrônômicos que forem gerados e os lojistas terão que lançar os dados da nota fiscal para ter o controle de tudo que está sendo comercializado no estado do Tocantins. Prosseguindo, ele informou que não pegará a base de dados de Goiás porque a empresa atuante prefere pegar do zero. A perspectiva é que avance muito até o final do ano com, pelo menos, o cadastro de fabricantes e produtos. Dr. José Maria perguntou a Juliano/ADAPEC sobre alguma articulação formal com a secretária da fazenda da possibilidade de acesso às informações de quem adquire o produto e de quem vende. Juliano/ADAPEC respondeu que não, que já foi tentado com a Secretaria da Fazenda porém, é persistente no requisito de acesso. A solução temporária é impor ao lojista/ao revendedor que dentro de um determinado prazo que ele lance as informações de venda que ele efetuou. Dr. José Maria agradeceu a informação. Isabel/MPTO perguntou sobre o controle se só será emitido no estado pela razão dos grandes produtores que trazem de fora. Juliano/ADAPEC respondeu que sim, que um dos mecanismos que está sendo utilizado é o produtor que comprar um produto que é oriundo de outro estado ser responsável pelas informações que serão lançadas no sistema. Dr. José Maria prosseguiu com a informação, de que ficou responsável de saber como o Espírito Santo que utiliza do mesmo dispositivo, conseguiu a articulação com a Secretária da Fazenda, pois é bem burocrática e também a gestão de como é distribuída, posteriormente fazer revendas e das revendas a questão do receituário agrônômico, para poder ter uma regularidade para próprio cumprimento da legislação é fundamental. Prosseguindo, ele informou que alguns estados estão trabalhando com sistemas das Secretarias da Fazenda. Um exemplo apresentado é o caso do Mato Grosso que está controlando a questão do regresso do retorno das embalagens de vários produtos, fazendo o monitoramento do que chega ao estado revendido pelas distribuidoras/pelos fabricantes pelos sistemas da secretária da fazenda. Dr. José Maria se comprometeu de mostrar a importância do trabalho para a Secretaria da Fazenda e também trabalhar uma linha de combate à sonegação fiscal.

Juliano/ADAPEC completou a fala confirmando a importância do trabalho com apoio dos ministérios públicos com a secretária da fazenda. Isabel/MPTO pontuou que a Secretaria da Fazenda não tem conhecimento do risco do adoecimento de pessoas e do meio ambiente e seria viável realizar uma reunião para tratar do tema. Dr. José Maria concordou com a reunião. Prosseguindo, Eliandro Gualberto/Naturatins tomou a palavra para pedir uma orientação de um documento recebido da UFT sobre a questão da análise de amostras sobre a mortalidade de peixes e outra demanda sobre os sintomas da população indígena de Lagoa da Confusão que estão tendo vômitos, diarreias que são possivelmente das águas do Javaé. Eliandro Gualberto/Naturatins informou que entrou em contato com o Prof. Emerson/UFT para tratar sobre as análises, porém, é necessária autorização do Ministério Público Estadual ou Ministério Público do Trabalho para prosseguir com a demanda. O Naturatins não possui nenhum laboratório para análise de amostras nem convênio com outras instituições. Ele informou que está previsto para o próximo dia 23, com um técnico do Naturatins uma ida com o técnico da ATS (Agência Tocantinense de Saneamento) para realizar as coletas de amostras de água. Neste requisito, Eliandro Gualberto/Naturatins perguntou se era possível mandar a demanda para o Fórum, a fim de tornar conhecido. Carlos/CIMI perguntou sobre as aldeias que solicitaram a análise de amostras e os indígenas que estavam com os sintomas. Eliandro/Naturatins respondeu e que constaria nos documentos. Dr. José Maria respondeu que sim, que poderia mandar a demanda, porém, o caso específico não se tratava somente dos agrotóxicos. Sobre a mortalidade de peixes já houve casos em Araguaína e outros municípios. Sobre casos que acontecem frequentemente, o correto era passar para o órgão responsável maior. Ver com a Secretaria da Saúde com convênio, a situação dos indígenas de como fazer esse encaminhamento. Dr. Álvaro Manzano/MPF pediu a Eliandro Gualberto/Naturatins para enviar uma cópia do relatório para o Ministério Público Federal para poder acompanhar e verificar o que pode ser feito. Dr. Álvaro Manzano/MPF perguntou como chegou a demanda para o Naturatins? Eliandro Gualberto/Naturatins respondeu que foi através de denúncias. Por fim, sobre a ida no dia 23, Dr. José Maria sugeriu que a UFT fosse também para ajudar em algum mapeamento. Kellen/UFT tomou a palavra para falar sobre a

organização de um curso de padronização de coletas para análises. O curso é gratuito sobre coleta de água, monitoramento contínuo, monitoramento emergencial e coleta de tecidos. Dr. José Maria, informou que o fórum apoia a iniciativa e está disposição para colaborar. Em relação à comissão 2, Crislane Maria/SES respondeu que a representante Mônica está de férias sendo representada na reunião pela Crislane e Silene, porém, não houve nenhum encaminhamento. Adiante, reforçou que o ofício que a secretária do fórum encaminhou para que os integrantes preencham sobre os agrotóxicos para a comissão fazer o monitoramento dos planos. Logo em seguida, Silene/SES reforçou sobre uma grande ação que vai ser realizada no dia 3 de dezembro. Lusy Almeida/SEMUS falou que foi encaminhado para o fórum um novo suplente e citou a mudança na portaria de potabilidade nº 2914, que desde 4 de maio passou a vigorar a portaria 888 que trata dos padrões de potabilidade ressalta que antes era 27 parâmetros de agrotóxicos agora são 30 parâmetros de agrotóxicos para ser monitorado. A mudança está disponível no site do Ministério da Saúde. Silene/SES informou que recebeu a denúncia do ocorrido em Lagoa da Confusão e irá uma equipe técnica da vigilância ambiental no início de setembro para fazer a investigação e solicitou ao Naturatins documentos sobre a população indígena para trabalhar em conjunto. Ademais, informou que também está à disposição para o curso que vai ser realizado pela UFT. Em relação à comissão 3, não houve representantes na reunião e não houve encaminhamentos. Em relação à comissão Temporária de Políticas Públicas; Juliano/ADAPEC agradeceu aos representantes que se reuniram para tratar sobre a nova lei de agrotóxicos Crislane/SES e Sérgio. Passando para o último item da pauta 5. Palavra livre e encerramento. Carlos/ADAPEC pediu que constasse na ata, a relação de aldeias e os sintomas que os indígenas apresentaram. Dr. José Maria pediu para Eliandro Gualberto/Naturatins encaminhar os documentos resumidos. Dr. José Maria agradeceu aos representantes e aos organizadores da reunião e citou sobre a atualização na página do Fórum assim como os encaminhamentos que serão feitos após a reunião. Nada mais havendo a ser tratado, a 20ª Reunião Ordinária foi encerrada, às 11h00min, cuja ATA foi redigida e assinada por mim, Vanessa Silva Costa Estagiária de Jornalismo/CAOMA/MPE.